



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640202 - SP (2021/0013780-4)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : MARCOS ROBERTO AZEVEDO  
**ADVOGADOS** : MARCOS ROBERTO AZEVEDO - SP269917  
JESSYKA VESCHI FRANCISCO - SP344492  
JORGE DE SOUZA - SP429914  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CARLOS EDUARDO DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS EDUARDO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravo em Execução n. 2221436-02.2020.8.26.0000).

O paciente cumpre pena de 33 anos, 5 meses e 11 dias de reclusão em regime fechado, com término previsto para 13/9/2046, e teve indeferido pelo Juiz da execução o pleito para progressão ao regime semiaberto, ao argumento de que não preencheu o requisito subjetivo.

Os impetrantes sustentam que o paciente faria jus à progressão para o regime semiaberto, haja vista que teria cumprido o requisito objetivo e considerando, ainda, que o bom comportamento carcerário apresentado pelo sentenciado.

Aduzem que faltas disciplinares antigas e consequências de delitos já sopesadas quando da aplicação da pena não poderiam ser consideradas para afastar a concessão da benesse.

Requerem, liminarmente, que o paciente aguarde o julgamento do presente *writ* no regime semiaberto. No mérito, postulam a concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto os argumentos utilizados no acórdão impetrado mostram-se, em princípio, concretos e aptos a afastar a benesse pleiteada (fls. 63-66).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência